

Capítulo X Aonde vai a China?

Renildo Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RENILDO, S. Aonde vai a China? In: *Estado e capital na China* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 243-253. ISBN 978-85-232-2002-0. <https://doi.org/10.7476/9788523220020.0012>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Aonde vai a China?

A nova superpotência do século XXI

O patamar econômico internacional já alcançado pela China restaurou o orgulho nacional do seu povo. Todavia, as grandiosas conquistas econômicas da nação repercutem mais positivamente em todos aqueles que são diretamente beneficiários da ascensão da China, ou seja, empresários chineses do continente ou da diáspora, os burocratas do Partido-Estado e alguns setores de classe média. O projeto de resgatar o papel histórico da China como grande potência de primeira ordem ou superpotência no mundo é uma das formas de legitimação das transformações econômicas em curso, uma das maneiras de justificar as reformas.

Para Marie-Claire Bergère (1996, p. 725),

[n]a morte de Mao Zedong, a China que Deng herdou era uma grande potência, mas era uma grande potência débil, marcada pela tarefa inacabada de sua modernização econômica, pelos arcaísmos de sua burocracia, pela instabilidade política induzida pela violência das lutas entre as facções.

O movimento de resgate da Grande China contempla a perspectiva da mais larga reunificação do Estado nacional através, especialmente, da incorporação de Taiwan, sob a fórmula “um país, dois sistemas”. Entretanto, uma estratégia nacionalista que tende a se restringir à reconstituição e protagonismo da burguesia chinesa enfrentará inúmeros percalços na China e no mundo. As atuais condições do imperialismo – com a globalização econômica, a financeirização e o neoliberalismo, e ainda a agressividade do capital decorrente dos ecos do colapso das experiências do socialismo real – enfatizam a inviabilidade de uma estratégia econômica fortemente centrada em uma espécie de burguesia nacional chinesa. Pode funcionar por determinado período, mas não se sustenta, sem reveses, nas condições de estruturação e funcionamento do capitalismo contemporâneo.

244

É preciso considerar, em primeiro lugar, que nem a própria classe burguesa, em formação dentro da China, terá interesse em se aventurar em uma estratégia econômica estreitamente nacionalista, relativamente autorreferenciada, nas atuais circunstâncias globais. O grande capital, dentro e fora da China, assimilou o país como grande potência de primeira ordem, aprofundando seu atual curso de participação na economia mundial. E isso não é possível sem modernização econômica segundo os termos do capital. Assim, a transformação da economia chinesa tem de ser impulsionada pela globalização, conforme o avanço do capital nativo e estrangeiro e das mais variadas formas de internacionalização das próprias empresas estatais, inclusive em associação com o setor privado forâneo.

Manter-se capital e voltar à China

A despeito dos estreitos vínculos com o capital estrangeiro, o desenvolvimento econômico da China não é uma repetição do

capitalismo comprador que prosperou entre as últimas décadas do século XIX e a revolução de 1949, em Xangai, Cantão (*Guangzhou*), Hong Kong e Macau. Com a revolução, os compradores fugiram da China continental. Estima-se que 51 milhões de chineses expatriados detinham ativos de US\$ 2,5 trilhões, em 1996. Além das situações de Hong Kong, Macau e Taiwan, os capitalistas chineses ou descendentes controlavam 81% da economia da Tailândia e Cingapura, 70% da Indonésia, 69% na Malásia e de 50% a 60% nas Filipinas, conforme James Heartfield (2005, p. 198).

Assim, para Heartfield, a economia da China, hoje, não é dependente. Ele tem razão ao reconhecer a vitalidade no capitalismo endógeno do país. Uma das razões dessa autonomia é que a principal fonte de investimento externo direto são os próprios capitalistas chineses expatriados. Os compradores estariam voltando para casa. Nesse sentido, a via de desenvolvimento seria chinesa mesmo. Andrew Glyn (2006, p. 15) chama a atenção para um aspecto muito relevante: apenas 10% do investimento doméstico chinês eram de origem externa (IDE) no início da década de 2000. Apesar disso, o IDE, globalmente, tem sido muito importante na China. Ademais, os próprios dados oferecidos por Heartfield mostraram uma mudança extremamente rápida do IDE, a partir do crescimento mais acelerado dos capitais originários das grandes potências ocidentais e do Japão, com a presença das mais importantes empresas transnacionais.

Em 2010, as firmas de propriedade totalmente estrangeira detiveram a parcela de 56,65% das exportações e 26,67% do valor adicionado nos produtos exportados. (TANG; WANG; WANG, 2015, p. 30) Muitas dessas empresas pertencem a investidores de Hong Kong, Macau e Taiwan (HKMT). Em 1997, o investimento direto externo proveniente de partes da Grande China, ou seja, Hong Kong, Macau, Taiwan e Cingapura, representaram uma parcela de 54,94% em comparação com os 45,06% dos Estados Unidos, União

Europeia e Japão. Em 2002, no prazo exíguo de seis anos, essas cifras trocaram de posições: da Grande China foram atraídos 46,94% do total do IDE, no mesmo período de comparação, enquanto os EUA, a UE e o Japão passaram para a posição majoritária de 53,06%. Assim, a China é um campo em disputa do capital estrangeiro, embora o Estado chinês conte com a ajuda desse mesmo capital forâneo para, contraditoriamente, transformar-se em uma superpotência, em prol dos seus próprios interesses nacionais.

Retórica da ascensão pacífica

246 “Ascensão pacífica”, é assim que a China define sua escalada na ordem internacional no século XXI. A China precisa de paz por muito tempo para concentrar o máximo dos esforços na busca da liderança econômica, tecnológica e financeira no mundo, sem descurar das relações diplomáticas. Mas, dessa vez, diferente do século de humilhação e tratados injustos desde a primeira guerra do ópio, a China não está nem estará despreparada militar e politicamente diante de rivais. Foi virada a página do assombroso isolamento internacional da China no século XIX em termos de serviços diplomáticos no Ocidente. Naquele século, a China foi submetida a sucessivas invasões e derrotas militares perante a Inglaterra, a França e até o Japão, entre outros agressores, com perda de partes do território, além dos imensos saques a título de indenizações de guerra. Os tratados injustos foram abolidos no curso da Segunda Guerra Mundial e a soberania e a dignidade da nação foram recuperadas a partir da vitória da revolução comunista em outubro de 1949.

No início do século XXI, a China já se transformou em uma grande potência econômica e política, apresentando-se como um polo de poder, um campo de oportunidades de investimento e um motor do crescimento da economia mundial. “A emergência da China como uma grande potência industrial e exportadora [...] é

inquestionável”, conclui Heartfield. (2005, p. 1) A ascensão chinesa resultou em reforço, em vez de debilitamento, da economia do sistema capitalista. A ascensão da China significou, ao mesmo tempo, acirramento, tanto da concorrência e das tensões comerciais quanto das disputas diplomáticas, políticas e militares. Em paralelo com a ascensão econômica mundial do país, avança o papel da China no cenário geopolítico mundial. A China tende a avançar para uma posição de hegemonia regional no Leste Asiático, anunciando uma relação complexa com o Japão.

A bandeira da China como grande potência, através do desenvolvimentismo econômico, apresenta-se como um instrumento de mobilização e coesão política da nação. Ao mesmo tempo, essa ideologia inspira uma espécie de abstração sobre a luta de classes. Favorece a constituição e consolidação de uma burguesia nacional chinesa. Daí decorre, parece, a importância de atração e agregação precisamente dos principais empresários de origem chinesa, os mais experientes e os mais influentes, residentes em Hong Kong, Macau, Taiwan, Cingapura, Indonésia, Malásia, Austrália, Califórnia nos Estados Unidos, Canadá e em todos os lugares por onde se localizou a diáspora chinesa. Além da realidade dos fatos das mudanças econômicas de grande vulto, seria necessário, nessa concepção “nacional-desenvolvimentista-globalista”, brandir os símbolos da civilização milenar, do poderio do Império do Meio, da Grande China, da terra-mãe. A China é o dragão – gigantesco, poderoso, mas lendário, colorido, pacífico, operoso, promissor.

Com os olhos na China e no mundo

A visão de grande potência contempla a preservação, o fortalecimento e a internacionalização das chamadas empresas estatais estratégicas e, ao mesmo tempo, abarca a privatização das inúmeras milhares de outras firmas públicas deslocadas para as mãos da nova

burguesia chinesa em formação no Continente. A autarquização e o isolamento econômico frustrariam inapelavelmente o desenvolvimentismo chinês e seu papel de grande potência, como se percebe no caso das necessidades de progresso técnico, via importação de tecnologia e absorção de investimento direto estrangeiro, sem falar da necessidade de influenciar nas decisões relevantes na ordem internacional.

Para a burguesia chinesa, sem abrir mão de seus próprios negócios e interesses, a ideologia nacionalista é e tem de ser compatível com a associação ao capital estrangeiro e a integração à economia mundial. Desde o início, a modernização esteve assentada na política de portas abertas. A abertura é um dos principais pilares das reformas. A influência ocidental, cada vez mais, perpassa os diversos terrenos da vida social na China, a despeito de todas as proclamações retumbantes, simbólicas, da preservação da especificidade cultural chinesa. Essa retórica adequou-se bem ao nacionalismo e pragmatismo prevalentes na condução das reformas econômicas. Independentemente das intenções e desejos do PCC, a busca da grandeza do Estado e da nação não tem sido dissociada do atropelamento dos direitos dos trabalhadores e imposição da dominação do capital. A afirmação nacional da China tem passado pela sua ascensão econômica, política e militar no mundo como a nova e efetiva superpotência.

248

Autoilusão

O PCC, em outubro de 2017, realizou o seu 19º Congresso. Reafirmou o marxismo. Reiterou o caráter socialista da China. Assim, é legítimo alguém pensar que se não existisse a grandiosidade da China, proclamando-se como um país dirigido por comunistas, desfraldando a bandeira vermelha da foice e do martelo, a causa do comunismo estaria em maiores e imensas dificuldades, depois

da derrota devastadora da União Soviética. Ainda, nesse sentido, a China faz o mundo recordar da existência do marxismo e do socialismo. Mas, dadas as circunstâncias concretas, é provável que essas reflexões sejam enganosas, ilusórias.

Agora, a grande novidade do PCC é o assim chamado “pensamento Xi Jinping”. O 19º Congresso aprovou a inscrição desse pensamento ao lado da referência ao “pensamento Mao Zedong” nos Estatutos do PCC. Xi foi reconduzido para mais um mandato de cinco anos na presidência da China, além da secretaria geral do PCC e presidência da Comissão Militar. O discurso de Xi é mais assertivo em entusiasmo e confiança na futura superioridade da China na economia e na ordem internacional. Enfatiza a crucial importância da redução das desigualdades sociais. Demonstra engajamento no combate à poluição e defesa do meio ambiente. Ataca duramente a corrupção. Declara abertamente o supremo e incontestável poder e direção do PCC em todos os terrenos da vida política, econômica e social da China. Dedicar-se à defesa de maior fortalecimento militar do país. Desenvolve intensa atividade política junto a diversos segmentos dentro do país e em missões internacionais. Propõe que a globalização seja mais aberta, mais equilibrada e mais justa para todos, como uma retórica curiosa, como se fosse panglossiana, em que não aparecem conflitos sociais e abalos no capitalismo e todos ganham.

No governo Xi, entre 2013 e 2016, a China teve crescimento econômico de 7,2%, contribuindo em 30% para o crescimento da economia mundial no período. No balanço desses quatro anos, a imprensa chinesa divulga um número impressionante de 360 reformas que resultaram em 1500 medidas de governo. Há uma grande prioridade para a *Initiative One Belt, One Road*, que promoverá demanda externa para a capacidade ociosa de alguns setores industriais da China e contribuirá para o aumento da projeção política chinesa no mundo. O 19º Congresso aprovou a meta de completar

em 2020 a construção da China como uma sociedade moderadamente próspera. Proclama-se que em 2035 a modernização socialista estará fundamentalmente completada. Deseja-se que, de 2035 até 2050, a China deve se tornar um país socialista, com prosperidade, força, democracia, cultura avançada. A partir de 2018, durante 15 anos, colocou-se a meta de atração de 2 trilhões de dólares de investimento direto externo na China e também US\$ 2 trilhões de investimento chineses no exterior.

250

Por que o fator Xi agora? Houve uma clara tomada de consciência dos líderes do PCC, a partir do governo do presidente Hu Jintao, sobre a estruturação de antagonismos fundamentais entre classes sociais, ao lado das grandes vitórias econômicas do desenvolvimentismo. É claro que nem Hu Jintao nem Xi Jinping vão discorrer sobre isso. Ao contrário, o grande *slogan* de Hu era sociedade harmoniosa. As atenções dos dirigentes comunistas voltaram-se mais para as desigualdades sociais e aumentaram as referências ao marxismo. Portanto, os limites e as contradições da corrida desenvolvimentista associados aos desafios do futuro são a causa do surgimento de um conjunto de elementos novos e integrados na vida política da China no século XXI, como: o discurso de Xi cujo cerne é a China como a nova superpotência; a necessidade de quase começo do culto da personalidade do presidente Xi; a exaltação do papel incontestável do PCC e dos militares; o relançamento da economia com atenção redobrada às desigualdades sociais e regionais e ao meio ambiente; as alianças geopolíticas, sobretudo com a Rússia; a reconfiguração da dança de conflito e cooperação com os Estados Unidos; a retórica nas relações internacionais de paz e ganhos para todos.

A nova cena política da China, com o presidente Xi, mostra que os líderes chineses, compulsoriamente, estão se defrontando com os limites, as contradições e os perigos que se aproximam com o grande capital dentro de casa. Os efeitos da formação em

processo de poderosíssima classe de capitalistas chineses, com negócios de gigantesca centralização de capitais, transbordam, pouco a pouco, da economia para a política, a ideologia, a cultura. As contradições sociais são denunciadas pelas gritantes desigualdades de renda e riqueza.

O Partido Comunista Chinês reitera enfaticamente a vigência do marxismo-leninismo em sua orientação geral. Insiste em proclamar o socialismo na China. Mas o PCC parece, na verdade, que está sendo constrangido a ser um seguidor de uma ideologia nacional-desenvolvimentista atualizada para os tempos da globalização. A China conseguiu realizar a importante tarefa do nacional-desenvolvimentismo como uma etapa da modernização econômica, com a acumulação extensiva, superando os atrasos na infraestrutura, industrialização e urbanização. Mas os problemas agora tornam-se, provavelmente, mais difíceis em razão dos desafios da assim chamada acumulação intensiva, das transformações tecnológicas, da corrosão da sociedade dividida em classes sociais mais nítidas e polarizadas, dos limites ambientais e das novas formas das tensões internacionais a partir dos Estados Unidos

O gigantismo e o inexorável funcionamento dos capitais chineses já impuseram e tendem a intensificar a necessidade orgânica e histórica de mais mercados, mais lucros e mais acumulação, com penetração em todo o mundo, com estruturais impactos políticos e sociais. São atingidas as as dimensões econômicas mais diversas, desde o comércio, a tecnologia e inovação, os recursos naturais, a força de trabalho e as finanças, inclusive a típica exportação de capitais. Isso é próprio do grande capital, a partir de uma superpotência, sobretudo nas condições do capitalismo do século XXI. Tendem a crescer as acusações de imperialismo nas relações econômicas internacionais dos capitais chineses já fortemente concentrados e poderosos, que ainda contam com as políticas expansionistas do Estado chinês, a exemplo da *Initiative One Belt, One Road*.

Entre 2003 e 2017, os capitais chineses, sobretudo estatais, usurparam no Brasil principalmente empresas e áreas de energia, óleo e gás, inclusive campos do pré-sal, e mineração, com apenas 11% em projetos novos. (FERNANDES; WARTH, 2018) O Brasil construiu empresas e desenvolveu tecnologias que agora foram açambarcadas pelos interesses estratégicos do imperialismo chinês em prejuízo da soberania nacional brasileira. Ademais, os capitais chineses não podem escapar dos conflitos interimperialistas entre os Estados Unidos, em defensiva, e da China, em ofensiva, pela liderança e controle de tecnologia, produção, comércio e finanças, além de problemas políticos, como tem demonstrado a guerra comercial, com elevação de tarifas, deflagrada pelo governo Trump em 2018.

252 Aqui, por fim, vale lembrar a famosa advertência de Marx: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade”. Há o peso das condições da realidade social. Os homens do PCC podem desejar fazer a história do socialismo na China. Mas, dadas as circunstâncias econômicas e sociais concretas e as condições espirituais e culturais da China, parece que os líderes do PCC se enredam em ilusões ao falar em socialismo. É confusa a interpretação política dos líderes chineses em face das grandes vitórias da modernização econômica, da redução da pobreza e do construído consentimento do povo. Estatização não é socialização dos meios de produção. De fato, os trabalhadores não têm controle da produção (com mediações e sem voluntarismo, claro) nem do poder político – com liberdades e legalidade, inclusive instituições da democracia representativa, claro. Há uma corrosão social já em curso, em decorrência da restauração capitalista, em sentido objetivo e subjetivo, que já se insinuou e se propaga no interior da sociedade chinesa. Mas, a despeito dos atuais retrocessos sistêmicos no sentido do socialismo, a resposta à questão *Aonde vai a China?* não está predeterminada. O próprio Estado chinês, tão decisivo na ascensão do país, não é onipotente, não é portador de capacidade e

neutralidade técnicas, não tem trajetória linear, não é monolítico, não pode deixar de ser condicionado pelas relações de produção e lutas de classes. A nova e imensa classe trabalhadora chinesa tem dado inúmeras provas de capacidade de luta. Na China, diferentemente de outros lugares, não foi apagado completamente o legado do passado revolucionário. A evolução da sociedade chinesa e as contradições do capitalismo do século XXI deixam em aberto o futuro dessa nação de importância estratégica no mundo. Hoje, já chegou à China, como atestam as discussões sobre ajustes do modelo econômico, o curso necessário da dinâmica capitalista turbulenta, através da articulação entre sobreacumulação, superprodução, capacidade produtiva ociosa e pressões sobre os lucros, com seus impactos políticos e sociais.